

# ***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADO PRUDENCIAL***

**31 de Dezembro de 2017 e de 2016**



**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>5.291.108</b>	<b>6.022.633</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>2.580.960</b>	<b>3.031.214</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b> .....	<b>437.854</b>	<b>410.141</b>	<b>DEPÓSITOS (Nota 11.1.)</b> .....	<b>1.381.500</b>	<b>1.949.584</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)</b> .....	<b>1.033.169</b>	<b>1.589.691</b>	Depósitos à Vista .....	260.445	314.388
Aplicações no Mercado Aberto .....	976.127	1.550.249	Depósitos de Poupança .....	179.484	210.039
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....	57.042	39.442	Depósitos Interfinanceiros .....	50.862	37.007
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)</b> ..	<b>140.395</b>	<b>35.471</b>	Depósitos a Prazo .....	890.709	1.388.150
Carteira Própria .....	68.540	25.785	<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO</b> .....	<b>206.836</b>	<b>249.055</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.) .....	4.170	5.042	Carteira de Terceiros (Nota 4.) .....	206.836	249.055
Vinculados à Prestação de Garantias .....	33.787	4.644	<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)</b> .....	<b>396.370</b>	<b>142.387</b>
Vinculados ao Banco Central .....	33.898	-	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares .....	396.370	142.364
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> .....	<b>93.329</b>	<b>119.122</b>	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior .....	-	23
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar .....	163	39	<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> .....	<b>160</b>	<b>73</b>
Créditos Vinculados:			Recebimentos e Pagamentos a Liquidar .....	160	73
Depósitos no Banco Central (Nota 6.) .....	93.148	119.065	<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b> .....	<b>27.489</b>	<b>36.128</b>
Correspondentes .....	18	18	Recursos em Trânsito de Terceiros .....	27.489	36.128
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b> .....	<b>9.186</b>	<b>4.429</b>	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> .....	<b>1.861</b>	<b>-</b>
Transferências Internas de Recursos .....	9.186	4.429	Outras Instituições .....	1.861	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)</b> .....	<b>2.713.793</b>	<b>2.982.800</b>	<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b> .....	<b>78</b>	<b>569</b>
Operações de Crédito:			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.) .....	78	569
Setor Privado .....	2.982.068	3.174.295	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> .....	<b>566.666</b>	<b>653.418</b>
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.) .....	92.490	251.783	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.) .....	4.864	3.451
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.) .....	(360.765)	(443.278)	Carteira de Câmbio:		
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> .....	<b>547.309</b>	<b>634.741</b>	Câmbio Vendido a Liquidar .....	4	-
Carteira de Câmbio:			Obrigações por Compra de Câmbio .....	84.009	45.484
Câmbio Comprado a Liquidar .....	87.389	64.161	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.) .....	(84.009)	(45.484)
Direitos sobre Vendas de Câmbio .....	4	-	Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.) .....	21.717	13.392
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos) .....	(4)	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.) .....	28.308	41.284
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.) .....	1.304	17.336	Negociação e Intermediação de Valores .....	6.419	1.195
Rendas a Receber .....	4.775	2.910	Diversas:		
Negociação e Intermediação de Valores .....	2.405	398	Obrigações por Convênios Oficiais .....	198.550	137.067
Diversos:			Obrigações por Aquisições de Bens e Direitos .....	2.982	2.666
Créditos Tributários (Nota 8.1.) .....	265.244	344.407	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.) .....	86.595	243.262
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.) .....	18.137	8.961	Provisão para Pagamentos a Efetuar .....	37.144	29.744
Impostos a Compensar (Nota 8.3.) .....	23.158	12.648	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.) .....	2.198	-
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.) .....	2.343	1.778	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.) .....	26.469	26.077
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.) .....	94.745	103.269	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.) .....	5.289	2.576
Valores a Receber de Sociedades Ligadas .....	60	80	Cretores Diversos - País (Nota 12.5.) .....	144.683	144.048
Adiantamentos e Antecipações Salariais (Nota 8.7.) .....	6.582	2.671	Outras .....	1.444	8.656
Devedores Diversos .....	85.296	82.587			
Outros .....	2.669	561			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.) .....	(46.798)	(7.026)			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>316.073</b>	<b>246.238</b>			
Outros Valores e Bens .....	308.647	210.425			
(Provisões para Desvalorizações) .....	(22.240)	(7.108)			
Despesas Antecipadas (Nota 9.) .....	29.666	42.921			

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
<b>NÃO CIRCULANTE.....</b>	<b>4.432.484</b>	<b>4.562.811</b>	<b>NÃO CIRCULANTE.....</b>	<b>6.333.929</b>	<b>6.660.610</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO .....</b>	<b>4.181.035</b>	<b>4.311.079</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO .....</b>	<b>6.333.403</b>	<b>6.659.957</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.) .....</b>	<b>36.843</b>	<b>62.683</b>	<b>DEPÓSITOS (Nota 11.1.) .....</b>	<b>5.095.098</b>	<b>5.078.093</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....	36.843	62.683	Depósitos Interfinanceiros .....	5.543	33.681
			Depósitos a Prazo .....	5.089.555	5.044.412
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.) .....</b>	<b>1.013.121</b>	<b>1.051.192</b>	<b>RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.) .....</b>	<b>140.654</b>	<b>459.505</b>
Carteira Própria .....	766.592	403.236	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	140.654	387.805
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.) .....	9.278	22.679	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....	-	71.700
Vinculados a Prestação de Garantias .....	209.853	412.698			
Vinculados ao Banco Central.....	27.398	212.579	<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....</b>	<b>478</b>	<b>4.887</b>
			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	478	4.887
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6.1.) .....</b>	<b>2.470.294</b>	<b>2.586.612</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>1.097.173</b>	<b>1.117.472</b>
Operações de Crédito :			Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.) .....	12	641
Setor Privado .....	2.694.865	2.716.866	Diversas:		
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	61.107	186.063	Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.) .....	267.069	257.842
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.) .....	(285.678)	(316.317)	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	486	-
			Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.) .....	513.471	505.900
<b>OUTROS CRÉDITOS .....</b>	<b>627.744</b>	<b>565.451</b>	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	86.560	255.892
Rendas a Receber (Nota 8.6.) .....	7.000	7.000	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.).....	207.620	88.917
Diversos :			Outras.....	21.955	8.280
Créditos Tributários (Nota 8.1.) .....	310.625	262.641	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS .....</b>	<b>526</b>	<b>653</b>
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.) .....	2.162	3.731	Resultados de Exercícios Futuros .....	526	653
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.) .....	227.807	208.645			
Impostos a Compensar (Nota 8.3.) .....	9.841	9.969	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA .....</b>	<b>808.703</b>	<b>893.620</b>
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.) .....	15.722	15.722	<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS .....</b>	<b>42.413</b>	<b>193.280</b>
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.) .....	71.827	67.242			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.) .....	(10.262)	(9.499)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.) .....</b>	<b>766.290</b>	<b>700.340</b>
			<b>CAPITAL (Nota 13.1.) .....</b>	<b>492.708</b>	<b>433.340</b>
<b>OUTROS VALORES E BENS .....</b>	<b>33.033</b>	<b>45.141</b>	De Domiciliados no País .....	433.340	433.340
Despesas Antecipadas (Nota 9.) .....	33.033	45.141	Aumento de Capital .....	59.368	-
			<b>RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.) .....</b>	<b>43.375</b>	<b>42.743</b>
<b>PERMANENTE .....</b>	<b>251.449</b>	<b>251.732</b>	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações .....	43.375	42.743
<b>INVESTIMENTOS (Nota 10.1.) .....</b>	<b>82.807</b>	<b>98.618</b>	<b>RESERVAS DE REAVIAÇÃO (Nota 13.3.) .....</b>	<b>142</b>	<b>151</b>
Participações em Coligadas e Controladas - No País:			Coligadas e Controladas .....	142	151
Controladas .....	129.547	145.361	<b>RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.) .....</b>	<b>240.003</b>	<b>229.026</b>
Outros Investimentos .....	1.864	1.857	Reserva Legal .....	62.171	60.858
(Provisões para Perdas) .....	(48.604)	(48.600)	Reservas Estatutárias .....	177.832	168.168
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.2.) .....</b>	<b>128.687</b>	<b>115.547</b>	Para Pagamento de Dividendos .....	2.888	1.921
Imóveis de Uso .....	27.138	26.988	Para Aumento de Capital .....	174.944	166.247
Outras Imobilizações de Uso .....	194.678	166.263	<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>(9.938)</b>	<b>(4.920)</b>
(Depreciações Acumuladas) .....	(93.129)	(77.704)			
<b>INTANGÍVEL (Nota 10.3.) .....</b>	<b>39.955</b>	<b>37.567</b>	<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>	<b>9.723.592</b>	<b>10.585.444</b>
Ativos Intangíveis .....	111.583	99.419			
(Amortização Acumulada) .....	(71.628)	(61.852)	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>9.723.592</b>	<b>10.585.444</b>

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Para o 2º semestre de 2017 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 17.)</b> .....	<b>1.370.723</b>	<b>2.822.048</b>	<b>3.213.886</b>
Operações de Crédito .....	1.080.574	2.220.692	2.634.132
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	105.397	245.134	393.174
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.) .....	3.889	(461)	(87.910)
Resultado de Operações de Câmbio .....	3.399	8.200	(13.591)
Resultado das Aplicações Compulsórias .....	5.258	20.184	32.031
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.) .....	172.206	328.299	256.050
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>(677.582)</b>	<b>(1.516.497)</b>	<b>(2.016.050)</b>
Operações de Captação no Mercado (Nota 11.5.) .....	(328.401)	(784.638)	(1.120.528)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses .....	(39)	(654)	12.331
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.) .....	(17.683)	(46.901)	(105.735)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.) .....	(331.459)	(684.304)	(802.118)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>693.141</b>	<b>1.305.551</b>	<b>1.197.836</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b> .....	<b>(614.178)</b>	<b>(1.185.056)</b>	<b>(1.131.711)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.) .....	125.166	245.495	230.081
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas .....	18.355	40.027	54.884
Rendas de Tarifas Bancárias .....	106.811	205.468	175.197
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.) .....	(200.667)	(402.859)	(396.176)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.) .....	(345.724)	(646.125)	(560.009)
Despesas Tributárias (Nota 18.9.) .....	(62.544)	(120.887)	(119.606)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1.) .....	2.519	10.310	7.894
Equivalência Patrimonial .....	2.519	10.310	7.894
Outras Receitas Operacionais .....	37.997	69.187	62.772
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.4.) .....	5.916	17.270	22.535
Recuperação de Encargos e Despesas .....	3.275	7.636	8.219
Reversão de Provisões para Coobrigações - Cessões de Crédito .....	-	-	268
Reversão de Provisões .....	20.080	27.105	7.489
Outras Receitas (Nota 18.5.) .....	8.726	17.176	24.261
Outras Despesas Operacionais .....	(170.925)	(340.177)	(356.667)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais .....	(518)	(4.017)	(8.310)
Descontos Concedidos (Nota 18.6.) .....	(66.851)	(120.800)	(180.118)
Variações Monetárias Passivas .....	(1.740)	(5.908)	(20.481)
Apropriação Indébita .....	(510)	(3.531)	(7.089)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.7.) .....	(19.679)	(34.952)	(32.050)
Outras Despesas (Nota 18.8.) .....	(81.627)	(170.969)	(108.619)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>78.963</b>	<b>120.495</b>	<b>66.125</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18.10.)</b> .....	<b>(26.800)</b>	<b>(49.496)</b>	<b>(22.869)</b>
Receitas .....	3.088	15.681	12.199
Despesas .....	(29.888)	(65.177)	(35.068)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b> .....	<b>52.163</b>	<b>70.999</b>	<b>43.256</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19.)</b> .....	<b>(27.866)</b>	<b>(33.478)</b>	<b>(10.241)</b>
Provisão para Imposto de Renda .....	(1.679)	(1.052)	(6.795)
Provisão para Contribuição Social .....	(1.243)	(817)	(5.475)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.) .....	(24.944)	(31.609)	2.029
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b> .....	<b>(5.930)</b>	<b>(9.472)</b>	<b>(7.467)</b>
Administradores .....	(1.710)	(1.710)	(280)
Empregados .....	(4.220)	(7.762)	(7.187)
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS</b> .....	<b>(2.236)</b>	<b>(1.805)</b>	<b>(7.229)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (Nota 13.2.)</b> .....	<b>16.131</b>	<b>26.244</b>	<b>18.319</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO PRUDENCIAL – MÉTODO INDIRETO**  
Para o 2º semestre de 2017 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>52.163</b>	<b>70.999</b>	<b>43.256</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....</b>	<b>359.168</b>	<b>773.611</b>	<b>918.483</b>
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	24.699	56.184	(50.448)
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	(7.896)	(1.981)	125.206
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(17.083)	(17.083)	(2.866)
Despesas com Provisão / (Reversão) Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	(7.685)	1.546	17.000
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(157)	(838)	-
Provisão / (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	331.459	684.304	802.118
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	8.372	15.132	16.636
Depreciações e Amortizações.....	17.173	32.364	28.114
Atualizações Monetárias Ativas.....	(5.916)	(17.270)	(22.535)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(2.519)	(10.310)	(7.894)
Perda de Ativo Diferido e Intangível.....	6	368	434
Perda / (Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos.....	16.484	32.940	4.995
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	2.236	1.805	7.229
Perda / (Ganho) de Capital em Controlada.....	(5)	(4.185)	494
Outros.....	-	635	-
<b>Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>411.331</b>	<b>844.610</b>	<b>961.739</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	92.600	50.460	740.437
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(39.221)	131.855	(395.974)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(10.011)	25.880	75.829
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	15.478	(13.396)	(1.006)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(389.269)	(486.348)	602.962
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	246.180	11.602	136.951
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	24.995	25.371	80.864
Aumento (Redução) em Depósitos.....	(347.175)	(551.079)	(850.838)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(96.747)	(42.219)	(702.644)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(15.321)	(64.868)	32.747
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	1.861	1.861	(2.074)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	5.006	(114.775)	(427.693)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(144)	(127)	(108)
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais.....</b>	<b>(100.437)</b>	<b>(181.173)</b>	<b>251.192</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(9.353)	(12.413)	(8.591)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais.....</b>	<b>(109.790)</b>	<b>(193.586)</b>	<b>242.601</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Alienação de Ativos Disponíveis para Venda.....	9	9	291.817
Alienação de Ativos Mantidos até o Vencimento.....	37.836	46.107	5.690
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	32.087	57.325	17.330
Alienação de Imobilizado de Uso.....	8	15	54
Alienação de Investimentos.....	-	94	14.945
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(4.216)	(227.719)	(329.577)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	(14.887)	-
Aquisição de Investimentos.....	(7)	(102)	(5)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(13.882)	(34.070)	(37.607)
Aplicações no Diferido / Intangível.....	(5.929)	(15.660)	(15.054)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento.....</b>	<b>45.906</b>	<b>(188.888)</b>	<b>(52.407)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(24.319)	(48.244)	(54.390)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(3.514)	(6.943)	(7.773)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	(778)	(12.386)	(52.457)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	21.242	23.713	56.965
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(3)	(7.839)	(29.414)
Aumento de Capital - AGE 27/11/2017.....	60.000	60.000	-
Aumento de Capital / (Cancelamento) Acionistas não Controladores.....	-	(147.099)	147.099
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento.....</b>	<b>52.628</b>	<b>(138.798)</b>	<b>60.030</b>
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....</b>	<b>(11.256)</b>	<b>(521.272)</b>	<b>250.224</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período Semestre/Exercício.....	1.201.318	1.711.334	1.458.244
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17.083	17.083	2.866
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período Semestre/Exercício.....	1.207.145	1.207.145	1.711.334
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....</b>	<b>(11.256)</b>	<b>(521.272)</b>	<b>250.224</b>

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PRUDENCIAL

Para o 2º Semestre de 2017 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO	LUCROS	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAValiaÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	PATRIMONIAL	ACUMULADOS	NÃO CONTROLADORES	CONSOLIDADO
<b>SALDOS EM 01/01/2016</b> .....	<b>433.340</b>	-	<b>42.743</b>	<b>233</b>	<b>59.942</b>	<b>171.841</b>	<b>(70)</b>	-	<b>40.725</b>	<b>748.754</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....	-	-	-	-	-	-	(4.850)	-	-	(4.850)
BAIXA DE REAValiaÇÃO EM CONTROLADAS.....	-	-	-	(71)	-	-	-	-	-	(71)
REVERSÃO DE RESERVAS .....	-	-	-	-	-	(5.491)	-	5.491	-	-
REALIZAÇÃO DE RESERVA .....	-	-	-	(11)	-	-	-	11	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	-	-	-	-	-	-	-	18.319	-	18.319
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS .....	-	-	-	-	-	-	-	-	152.555	152.555
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	916	1.818	-	(2.734)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(21.087)	-	(21.087)
<b>SALDOS EM 31/12/2016</b> .....	<b>433.340</b>	-	<b>42.743</b>	<b>151</b>	<b>60.858</b>	<b>168.168</b>	<b>(4.920)</b>	-	<b>193.280</b>	<b>893.620</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2017</b> .....	<b>433.340</b>	-	<b>42.743</b>	<b>151</b>	<b>60.858</b>	<b>168.168</b>	<b>(4.920)</b>	-	<b>193.280</b>	<b>893.620</b>
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 07/08/2017 .....	-	59.368	632	-	-	-	-	-	-	60.000
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....	-	-	-	-	-	-	(5.018)	-	-	(5.018)
REALIZAÇÃO DE RESERVA .....	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-
PROVISÃO GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS (Res. 4.512/16).....	-	-	-	-	-	-	-	(2.113)	-	(2.113)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	-	-	-	-	-	-	-	26.244	-	26.244
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS .....	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.867)	(150.867)
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	1.313	9.664	-	(10.977)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(13.163)	-	(13.163)
<b>SALDOS EM 31/12/2017</b> .....	<b>433.340</b>	<b>59.368</b>	<b>43.375</b>	<b>142</b>	<b>62.171</b>	<b>177.832</b>	<b>(9.938)</b>	-	<b>42.413</b>	<b>808.703</b>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO .....	-	59.368	632	(9)	1.313	9.664	(5.018)	-	(150.867)	(84.917)
<b>SALDOS EM 01/07/2017</b> .....	<b>433.340</b>	-	<b>42.743</b>	<b>147</b>	<b>61.364</b>	<b>175.666</b>	<b>(7.409)</b>	-	<b>41.739</b>	<b>747.590</b>
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 07/08/2017 .....	-	59.368	632	-	-	-	-	-	-	60.000
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....	-	-	-	-	-	-	(2.529)	-	-	(2.529)
REALIZAÇÃO DE RESERVA .....	-	-	-	(5)	-	-	-	5	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE .....	-	-	-	-	-	-	-	16.131	-	16.131
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS .....	-	-	-	-	-	-	-	-	674	674
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	807	2.166	-	(2.973)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(13.163)	-	(13.163)
<b>SALDOS EM 31/12/2017</b> .....	<b>433.340</b>	<b>59.368</b>	<b>43.375</b>	<b>142</b>	<b>62.171</b>	<b>177.832</b>	<b>(9.938)</b>	-	<b>42.413</b>	<b>808.703</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE .....	-	59.368	632	(5)	807	2.166	(2.529)	-	674	61.113

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 154 agências e 71 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.791 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras no conglomerado prudencial incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### **2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos do art. 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco e empresas financeiras, relacionadas abaixo.

## **Empresas Consolidadas**

<b>Empresa</b>	<b>Atividade</b>	<b>% – Participação</b>	
		<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	78,78	36,23
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,60	85,60
Mercantil do Brasil Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento mercantil	-	100,00
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(i)</sup>	Securitizadora de crédito	100,00	-

<sup>(i)</sup> Em 01 de setembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do objeto social da COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros para COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros passando a exercer a atividade de Securitizadora de créditos. A partir da data de referida alteração, a COSEFI passa a fazer parte do Conglomerado Prudencial.

Foram excluídas destas demonstrações as seguintes empresas controladas que, no entanto, são consolidadas pelas práticas contábeis aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2016, houve aumento de capital na controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., no valor de R\$ 190.475, deliberado em AGE de 02 de março de 2016. O Banco subscreveu e integralizou 131.441.295 ações ordinárias, perfazendo investimento de R\$ 43.376, mantendo 51,00% do controle acionário e 36,23% de participação no capital social. Contudo, a homologação desse aumento de capital foi indeferida pelo Banco Central do Brasil, conforme informado em Fato Relevante de 01/06/2017, divulgado pela referida controlada. Assim, todos os recibos de subscrição de ações emitidos no âmbito do processo de Aumento de Capital foram cancelados e os respectivos valores devolvidos aos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93.

Em maio de 2017 houve a incorporação da subsidiária integral MBL, conforme deliberado em AGE de 31 de maio de 2017, sem a ocorrência de ágio ou deságio na operação, com versão da integralidade do seu acervo patrimonial para o Banco, que sucedeu à incorporada a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 da Lei nº 6.404/76 e normas complementares.

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por deliberação da AGE realizada em 28 de junho de 2017, ratificou o grupamento das ações representativas do capital social, aprovado em AGE de 26/04/2016, na proporção de 100 (cem) ações para 01 (uma) ação de cada espécie, passando o capital social a ser representado por 1.825.200 ações nominativas escriturais, sendo divididas em 1.115.057 ações ordinárias e 710.143 ações preferenciais, sendo homologado pelo Banco Central em 02 de agosto de 2017.

### **Evento subsequente:**

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por Reunião do Conselho de Administração, de 11 de dezembro de 2017, deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 60.000, com emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 20,00 reais por ação.

Neste contexto, o Banco Mercantil do Brasil S.A., no prazo de preferência encerrado em 15 de janeiro de 2018, subscreveu e integralizou 2.363.382 ações, perfazendo o investimento no montante de R\$ 47.268. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia ([www.bancobmi.com.br](http://www.bancobmi.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).



## Empresas não Consolidadas

Empresa	Atividade	Participação - %	
		Dez / 2017	Dez / 2016
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)	Corretagem de Seguros	76,07	76,07
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. <sup>(1)</sup>	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

<sup>(1)</sup> Denominação social e objeto social alterados conforme AGE, de 27 de abril de 2017.

### 2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Ativos circulante e Não circulante</b>	<b>48.571</b>	<b>118.243</b>	<b>14.685</b>	<b>36.281</b>
Disponibilidades	430	3.376	130	1.036
Títulos e valores mobiliários	8.602	4.036	2.601	1.239
Operações de crédito	39.523	110.817	11.949	34.002
Outros valores e bens	3	3	1	1
Permanente	13	11	4	3
<b>Passivos circulante e Não circulante</b>	<b>1</b>	<b>71.723</b>	<b>-</b>	<b>22.007</b>
Obrigações por TVM no exterior	-	71.723	-	22.007
Provisão para pagamentos a efetuar	1	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>48.570</b>	<b>46.520</b>	<b>14.685</b>	<b>14.274</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.349</b>	<b>1.711</b>	<b>408</b>	<b>529</b>

### 2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos pré-fixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro-rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 3,3074 (Em 31 de dezembro de 2016: US\$ 1,00 = R\$ 3,2591).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado; e
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e alterou o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro-rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As parcelas da remuneração referentes a originação de operações de crédito e custo de preparação de documentos e de implantação de propostas de operações de crédito, originadas até 31 de dezembro de 2014, são registradas em despesas antecipadas e apropriadas pelos prazos das respectivas operações de crédito.

O Banco utiliza a faculdade de diferimento da despesa relativa a comissão de originação de operações de crédito, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.738/14, na seguinte proporção: dois terços das comissões sobre operações originadas em 2015 e um terço para as operações originadas em 2016, sendo o restante da despesa alocada diretamente no resultado. Os valores registrados em despesas antecipadas são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses ou imediatamente se houver liquidação ou baixa da operação de crédito que deu origem (vide nota nº 9.2). A partir de 1º de janeiro de 2017, as comissões de originação de operações de crédito foram reconhecidas integralmente como despesa.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados (vide nota nº 10.2.), está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis e tributárias, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável até agosto de 2015, sendo majorada para 20% a partir de setembro de 2015, prevalecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, procede-se da seguinte forma:

- a) Os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas financeiras e são apresentados a débito de lucros acumulados;
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reclassificados para a rubrica de “Resultado da Equivalência Patrimonial”. O saldo de juros sobre o capital próprio a receber é registrado na rubrica de “Rendas a Receber”.

O Banco implantou, desde 2012, um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Disponibilidades	437.854	410.141
Aplicações interfinanceiras de liquidez	769.291	1.301.193
<b>Total</b>	<b>1.207.145</b>	<b>1.711.334</b>

### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A composição é como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Aplicações no mercado aberto</b>		
<b>Posição bancada</b>	<b>769.291</b>	<b>1.301.193</b>
Letras Financeiras do Tesouro	95.022	927.887
Letras do Tesouro Nacional	107.835	183.520
Notas do Tesouro Nacional	566.434	189.786
<b>Posição financiada</b>	<b>206.836</b>	<b>249.056</b>
Letras Financeiras do Tesouro	162.013	-
Letras do Tesouro Nacional	44.823	46.519
Notas do Tesouro Nacional	-	202.537
<b>Subtotal</b>	<b>976.127</b>	<b>1.550.249</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	93.885	102.125
<b>Subtotal</b>	<b>93.885</b>	<b>102.125</b>
<b>Total</b>	<b>1.070.012</b>	<b>1.652.374</b>
Circulante	1.033.169	1.589.691
Não circulante	36.843	62.683

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, por recompra a liquidar de carteira de terceiros.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### 5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Custo		Mercado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Títulos para Negociação</b>				
<b>Ações</b>	<b>2.250</b>	<b>2.250</b>	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-
<b>Total</b>	<b>2.250</b>	<b>2.250</b>	-	-
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>				
<b>Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação</b>	<b>4.042</b>	-	<b>4.042</b>	-
De 5 a 10 anos	4.042	-	4.042	-
<b>LFT</b>	<b>1.083.038</b>	<b>990.898</b>	<b>1.083.590</b>	<b>989.785</b>
De 31 a 60 dias	5.199	-	5.199	-
De 181 dias a 1 ano	109.287	5.911	109.280	5.911
De 1 a 2 anos	114.570	104.129	114.543	104.094
De 2 a 3 anos	296.673	104.209	296.631	104.139
De 3 a 4 anos	256.075	269.832	256.231	269.521
De 4 a 5 anos	301.234	232.980	301.706	232.567
De 5 a 10 anos	-	273.837	-	273.553
<b>Debêntures</b>	<b>45.014</b>	<b>49.265</b>	<b>43.834</b>	<b>48.888</b>
De 61 a 90 dias	1.462	-	1.419	-
De 180 dias a 1 ano	11.972	-	11.726	-
De 1 a 2 anos	2.766	-	2.738	-
De 2 a 3 anos	17.921	-	17.384	-
De 3 a 4 anos	623	16.761	605	16.677
De 4 a 5 anos	10.270	6.450	9.962	6.417
De 5 a 10 anos	-	26.054	-	25.794
<b>Notas Promissórias</b>	-	<b>16.315</b>	-	<b>16.233</b>
De 91 a 180 dias	-	16.315	-	16.233
<b>Total</b>	<b>1.132.094</b>	<b>1.056.478</b>	<b>1.131.466</b>	<b>1.054.906</b>
<b>Mantidos até o Vencimento</b>				
<b>BONDS</b>	<b>8.602</b>	<b>4.036</b>	<b>8.602</b>	<b>3.726</b>
Até 30 dias	8.602	-	8.602	-
De 61 a 90 dias	-	4.036	-	3.726
<b>Total</b>	<b>8.602</b>	<b>4.036</b>	<b>8.602</b>	<b>3.726</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.142.946</b>	<b>1.062.764</b>	<b>1.140.068</b>	<b>1.058.632</b>
<b>Valor Contábil</b>	-	-	<b>1.140.068</b>	<b>1.058.942</b>
<b>Diferencial a receber - Swap</b>	-	-	<b>13.448</b>	<b>27.721</b>
<b>Total Contábil</b>	-	-	<b>1.153.516</b>	<b>1.086.663</b>
Circulante	-	-	140.395	35.471
Não circulante	-	-	1.013.121	1.051.192

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação, divulgada pela B3 no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os títulos privados e os títulos de renda variável no exterior são atualizados, respectivamente, com base nos índices de mercado e nos índices NASDAQ divulgados na Bolsa de Nova Iorque. Estes títulos e valores

mobiliários registrados em moeda estrangeira são convertidos para moeda nacional à taxa de câmbio vigente no encerramento do período.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

## 5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

### a) Política

Os derivativos negociados pelo Banco são basicamente operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

### b) Objetivos e Estratégias de Gerenciamento de Riscos e Efetividade

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Instituição são de operações de *swap* realizadas como instrumentos de proteção contra as variações cambiais sobre as captações internacionais e de contratos no mercado futuro de dólar da B3 como instrumento de proteção das demais exposições cambiais. Para proteção de posições prefixadas são utilizados contratos de DI de um dia na B3.

A efetividade das operações de *hedge accounting* (conforme Circular Bacen nº 3.082/02) são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

### c) Riscos Associados

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

### d) Valor Justo

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção cambial referem-se a operações de *swap*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02, bem como operações com Contratos Futuro, todas registradas na B3.

Para obtenção do valor justo das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais, tendo como contrapartida contas de resultado.

e) Segregação por Ativo e Passivo, Categoria, Risco e Estratégia

<b>Hedge Accounting da Captação Externa</b>								
<b>Contratos de Swap</b>								
Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado (exercício atual)			
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Valor a			
					Receber		Pagar	
					Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Posição Ativa</b> Moeda Estrangeira	354.647	270.891	414.685	415.135	13.448	27.721	(556)	(5.456)
<b>Posição Passiva</b> Taxas – (CDI)	354.647	270.891	401.793	392.870	13.448	27.721	(556)	(5.456)
Circulante					4.170	5.042	(78)	(569)
Não circulante					9.278	22.679	(478)	(4.887)

Indexador		Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos
Ativo	Passivo				Curva	Mercado	V@R <sup>(i)</sup>
Dólar	CDI	01 a 90 dias	B3	12.675	2.186	2.186	(464)
		91 a 360 dias		12.274	2.129	1.906	(462)
		Acima de 360 dias		240.592	10.029	7.191	(5.048)
Dólar	Pré-fixado	Acima de 360 dias	B3	89.106	2.518	1.609	(2.525)
<b>Total em 31/12/2017</b>				<b>354.647</b>	<b>16.862</b>	<b>12.892</b>	<b>(8.499)</b>
<b>Total em 31/12/2016</b>				<b>270.891</b>	<b>41.498</b>	<b>22.265</b>	<b>(5.294)</b>

<sup>(i)</sup> Value at Risk – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

<b>Instrumentos de proteção demais exposições cambiais <sup>(i)</sup></b>								
<b>Contratos Futuros – B3</b>								
Descrição	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado (exercício atual)			
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Valor a			
					Receber		Pagar	
					Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Moeda Estrangeira</b> Compromisso de Compra	13.263	15.571	13.263	15.571	-	-	-	-

Indexador	Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos
				Curva	Mercado	V@R <sup>(ii)</sup>
Dólar	Até 90 dias	B3	13.263	-	-	(270)
<b>Total em 31/12/2017</b>			<b>13.263</b>	-	-	<b>(270)</b>
<b>Total em 31/12/2016</b>			<b>15.571</b>	-	-	<b>(197)</b>

<sup>(i)</sup> Operação com derivativo realizada pelo Banco com a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais. (vide nota nº 2.3.).

<sup>(ii)</sup> Value at Risk – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

Instrumentos de proteção de exposição a taxa de juros prefixada <sup>(i)</sup>				
Contratos de Futuro – B3				
Descrição	Valor de referência	Valor justo	Efeito acumulado (exercício atual)	
	Dez / 2017	Dez / 2017	Valor a	
			Receber	Pagar
			Dez / 2017	Dez / 2017
Taxa de Juros Compra Taxa DI um dia	653.597	653.597	-	-

Indexador	Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos
				Curva	Mercado	V@R <sup>(ii)</sup>
Taxa de Juros	Acima de 360 dias	B3	653.597	-	-	(230)
<b>Total em 31/12/2017</b>			<b>653.597</b>	-	-	<b>(230)</b>

<sup>(i)</sup> Operação com derivativo realizada pelo Banco com a finalidade de proteger, parcialmente exposições prefixadas.

<sup>(ii)</sup> Value at Risk – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

f) Ganhos e Perdas Agrupados por Categorias de Riscos e Contas de Resultado

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Períodos findos em					
	Dez / 2017			Dez / 2016		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
Swap	28.824	(26.871)	1.953	68.932	(182.098)	(113.166)
Dólar Futuro	9.054	(9.785)	(731)	123.319	(98.063)	25.256
DI Futuro	1.073	(2.756)	(1.683)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>38.951</b>	<b>(39.412)</b>	<b>(461)</b>	<b>192.251</b>	<b>(280.161)</b>	<b>(87.910)</b>

g) Valores e Efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido de Operações que deixaram de ser *Hedge Accounting*

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *Hedge Accounting*.

### 5.3. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela administração.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) que não estão classificados como mantidos até o vencimento. Em razão das incertezas quanto ao comportamento da taxa de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento de moeda estrangeira através do mercado futuro. Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (hedge) da captação externa e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 3,33 e a taxa de juros a 6,78 % ao ano.



Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/12/2017 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,13 e a taxa de juros 8,57% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/12/2017 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,96 e a taxa de juros 10,28% ao ano.

#### Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do valor justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I <sup>(ii)</sup>	II	III
Captação Externa com Hedge Accounting	Moeda Estrangeira (USD) <sup>(i)</sup>	Derivativo (ponta ativa swap)	3.133	103.577	207.230
		Dívida em USD	(3.168)	(104.719)	(209.515)
		Efeito Líquido	(35)	(1.142)	(2.285)
	Cupom Cambial	Derivativo (ponta ativa swap)	117	(6.278)	(12.426)
		Dívida em USD	(91)	4.892	9.671
		Efeito Líquido	26	(1.386)	(2.755)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva swap)	537	(4.471)	(8.644)
Taxa de Juros Pré-fixada (% CDI)	Derivativo (ponta passiva swap)	(503)	(4.818)	(9.980)	
Investimento Externo com Hedge	Moeda Estrangeira (USD)	Derivativo (ponta ativa futuro)	(389)	(3.316)	(6.631)
		Descasamento em USD	446	3.308	6.616
		Efeito Líquido	57	(8)	(15)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	(1)	(16)	(26)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(3.795)	(10.958)	(21.916)
<b>Total sem correlação</b>			-	(22.799)	(45.621)
<b>Total com correlação</b>			(3.487)	(25.247)	(50.417)
<b>Total com correlação líquido dos impactos fiscais</b>			(2.092)	(15.148)	(30.250)

<sup>(i)</sup> A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

<sup>(ii)</sup> Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do hedge da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado proveniente das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do swap. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido há um distanciamento natural entre o hedge e seu objeto. Não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa nº 21.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

#### 5.4. Instrumento de Hedge não Derivativo

Em dezembro de 2016, o Banco passou a utilizar suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como hedge natural de uma parcela da captação externa de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do hedge natural permite uma redução das posições de derivativos e conseqüentemente dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos e são conforme segue:

<b>Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural</b>						
<b>Tipo</b>	<b>Natureza</b>	<b>Descrição</b>	<b>Dez / 2017</b>		<b>Dez / 2016</b>	
			<b>US\$</b>	<b>R\$</b>	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	33.800	111.810	33.800	110.137
<b>Total</b>			<b>33.800</b>	<b>111.810</b>	<b>33.800</b>	<b>110.137</b>
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior <sup>(i)</sup>	25.864	85.558	25.864	84.294
		Operações Ativas - ACC	8.000	26.459	8.000	26.068
<b>Total</b>			<b>33.864</b>	<b>112.017</b>	<b>33.864</b>	<b>110.362</b>

<sup>(i)</sup> Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior (vide nota nº 2.3.).

## 6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no conglomerado prudencial, são como seguem:

<b>Recolhimentos compulsórios</b>	<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
Sobre depósitos à vista	61.257	87.364
Sobre depósitos de poupança	24.794	23.549
Direcionamento microcrédito	5.236	8.152
Direcionamento crédito rural	1.861	-
<b>Total – Circulante</b>	<b>93.148</b>	<b>119.065</b>

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. As operações de crédito e outros créditos são como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
Operações de crédito	5.830.530	6.329.007
Devedores por compra de valores e bens	20.299	12.692
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.304	17.336
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	84.009	45.484
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	74.864	81.917
<b>Total</b>	<b>6.011.006</b>	<b>6.486.436</b>
Circulante	3.252.872	3.579.776
Não circulante	2.758.134	2.906.660

7.2. A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos, é como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
<b>Com característica de concessão de crédito</b>		
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>766.691</b>	<b>779.554</b>
Constituição de provisão	1.153.820	1.239.885
Reversão de provisão	(469.851)	(441.151)
Baixa	(756.921)	(811.597)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>693.739</b>	<b>766.691</b>
<b>Sem característica de concessão de crédito</b>		
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>9.429</b>	<b>6.540</b>
Constituição de provisão	2.135	4.064
Reversão de provisão	(1.800)	(680)
Reclassificação	-	(495)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>9.764</b>	<b>9.429</b>
<b>Efeito no resultado</b>	<b>684.304</b>	<b>802.118</b>
<b>Total</b>	<b>703.503</b>	<b>776.120</b>
Circulante	407.563	450.304
Não circulante	295.940	325.816

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, é como segue:

Descrição	Dez / 2017	
	Saldo Contábil	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	46.842	474
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	1.571	31
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	66.977	878
Outras fianças bancárias	78.863	1.301
<b>Total</b>	<b>194.253</b>	<b>2.684</b>

Adicionalmente, tem-se que os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial da norma, montam em R\$ 3.522, R\$ 2.113 líquidos dos efeitos tributários, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, conforme estabelecido pela Resolução Bacen nº 4.512/16.

### 7.3. A classificação de nível de risco para as operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos é como segue:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD		
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços						Total
	Normal	Anormal		Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal					
	Dez / 2017		Dez / 2016		Dez / 2017		Dez / 2016							
AA	87.717	-	87.717	308.619	-	26.315	-	41.182	-	376.116	463.833	564.642	-	-
A	3.165.128	-	3.165.128	107.327	-	12.230	-	116.982	-	236.539	3.401.667	3.382.109	17.000	16.908
B	158.082	58.347	216.429	123.691	68	42.985	3.823	129.224	470	300.261	516.690	484.507	5.167	4.844
C	6.507	38.392	44.899	42.811	8.264	20.680	3.198	60.291	27.840	163.084	207.983	520.082	6.239	15.601
D	42.985	39.751	82.736	68.339	44.668	11.228	27.089	141.597	61.411	354.332	437.068	661.239	43.707	66.123
E	54.165	32.666	86.831	51.687	35.627	20.614	14.732	53.915	41.219	217.794	304.625	179.927	91.387	53.978
F	3.220	30.559	33.779	163.006	10.265	102	4.068	14.613	6.705	198.759	232.538	119.427	116.269	59.713
G	13.552	42.368	55.920	2.794	28.868	203	4.128	12.570	4.291	52.854	108.774	83.261	76.142	58.282
H	16.243	167.169	183.412	5.634	55.395	9.874	33.926	11.359	38.228	154.416	337.828	491.242	337.828	491.242
<b>Total</b>	<b>3.547.599</b>	<b>409.252</b>	<b>3.956.851</b>	<b>873.908</b>	<b>183.155</b>	<b>144.231</b>	<b>90.964</b>	<b>581.733</b>	<b>180.164</b>	<b>2.054.155</b>	<b>6.011.006</b>	<b>6.486.436</b>	<b>693.739</b>	<b>766.691</b>

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
<b>Curso Normal</b>											
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>463.455</b>	<b>3.396.212</b>	<b>443.614</b>	<b>122.316</b>	<b>260.611</b>	<b>180.239</b>	<b>180.913</b>	<b>28.804</b>	<b>42.931</b>	<b>5.119.095</b>	<b>85,16</b>
01 a 30 dias	41.370	384.281	97.130	18.922	24.072	8.928	1.031	501	6.409	582.644	9,69
31 a 60 dias	7.329	217.724	31.734	6.062	10.000	2.661	566	831	1.329	278.236	4,63
61 a 90 dias	42.185	172.481	22.159	11.402	9.481	2.601	2.609	324	1.168	264.410	4,40
91 a 180 dias	14.223	479.953	43.781	12.608	31.990	10.412	16.131	14.924	3.713	627.735	10,44
181 a 360 dias	17.086	677.653	67.097	20.782	49.432	30.527	86.367	1.421	5.222	955.587	15,90
Acima de 360 dias	341.262	1.464.120	181.713	52.540	135.636	125.110	74.209	10.803	25.090	2.410.483	40,10
<b>Vencidas até 14 dias</b>	<b>378</b>	<b>5.455</b>	<b>10.368</b>	<b>7.973</b>	<b>3.538</b>	<b>142</b>	<b>28</b>	<b>315</b>	<b>179</b>	<b>28.376</b>	<b>0,47</b>
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>463.833</b>	<b>3.401.667</b>	<b>453.982</b>	<b>130.289</b>	<b>264.149</b>	<b>180.381</b>	<b>180.941</b>	<b>29.119</b>	<b>43.110</b>	<b>5.147.471</b>	<b>85,63</b>
%	7,72	56,59	7,55	2,17	4,39	3,00	3,01	0,48	0,72	85,63	-
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>564.642</b>	<b>3.382.109</b>	<b>396.494</b>	<b>370.465</b>	<b>400.267</b>	<b>72.763</b>	<b>28.375</b>	<b>5.894</b>	<b>43.454</b>	<b>5.264.463</b>	<b>81,15</b>
%	8,70	52,14	6,11	5,71	6,17	1,12	0,44	0,09	0,67	81,15	-
<b>Curso Anormal</b>											
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	<b>54.480</b>	<b>62.286</b>	<b>143.921</b>	<b>98.064</b>	<b>29.373</b>	<b>35.118</b>	<b>141.957</b>	<b>565.199</b>	<b>9,40</b>
01 a 30 dias	-	-	3.822	3.498	6.344	4.052	1.573	1.645	8.059	28.993	0,48
31 a 60 dias	-	-	3.701	4.221	5.372	3.793	1.606	1.581	7.291	27.565	0,46
61 a 90 dias	-	-	3.318	3.148	4.782	3.708	1.313	1.477	6.438	24.184	0,40
91 a 180 dias	-	-	9.044	9.319	26.841	8.821	3.461	3.909	16.590	77.985	1,30
181 a 360 dias	-	-	12.918	15.560	24.794	16.073	6.012	6.867	31.230	113.454	1,89
Acima de 360 dias	-	-	21.677	26.540	75.788	61.617	15.408	19.639	72.349	293.018	4,87
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>8.228</b>	<b>15.408</b>	<b>28.998</b>	<b>26.180</b>	<b>22.224</b>	<b>44.537</b>	<b>152.761</b>	<b>298.336</b>	<b>4,97</b>
01 a 14 dias	-	-	-	780	2.108	1.628	414	409	1.943	7.282	0,12
15 a 30 dias	-	-	7.895	3.901	6.891	3.608	1.816	1.799	8.494	34.404	0,57
31 a 60 dias	-	-	333	9.816	7.487	3.811	1.906	18.141	9.760	51.254	0,85
61 a 90 dias	-	-	-	679	9.629	5.978	2.105	3.578	10.615	32.584	0,54
91 a 180 dias	-	-	-	232	2.883	10.265	14.194	16.587	34.307	78.468	1,32
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	890	1.789	4.023	78.105	84.807	1,41
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9.537	9.537	0,16
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	-	<b>62.708</b>	<b>77.694</b>	<b>172.919</b>	<b>124.244</b>	<b>51.597</b>	<b>79.655</b>	<b>294.718</b>	<b>863.535</b>	<b>14,37</b>
%	-	-	1,04	1,29	2,88	2,07	0,86	1,33	4,90	14,37	-
<b>Total em 31/12/2016</b>	-	-	<b>88.013</b>	<b>149.617</b>	<b>260.972</b>	<b>107.164</b>	<b>91.052</b>	<b>77.367</b>	<b>447.788</b>	<b>1.221.973</b>	<b>18,85</b>
%	-	-	1,36	2,31	4,02	1,65	1,40	1,20	6,91	18,85	-
<b>Total Geral</b>											
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>463.833</b>	<b>3.401.667</b>	<b>516.690</b>	<b>207.983</b>	<b>437.068</b>	<b>304.625</b>	<b>232.538</b>	<b>108.774</b>	<b>337.828</b>	<b>6.011.006</b>	<b>100,00</b>
%	7,72	56,59	8,59	3,46	7,27	5,07	3,87	1,81	5,62	100,00	-
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>564.642</b>	<b>3.382.109</b>	<b>484.507</b>	<b>520.082</b>	<b>661.239</b>	<b>179.927</b>	<b>119.427</b>	<b>83.261</b>	<b>491.242</b>	<b>6.486.436</b>	<b>100,00</b>
%	8,70	52,14	7,47	8,02	10,19	2,77	1,84	1,29	7,58	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

	<b>Dez / 2017</b>	<b>%</b>	<b>Dez / 2016</b>	<b>%</b>
<b>Pessoa Física</b>	<b>3.956.851</b>	<b>65,83</b>	<b>3.772.573</b>	<b>58,16</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>2.054.155</b>	<b>34,17</b>	<b>2.713.863</b>	<b>41,84</b>
Construção civil	308.220	5,13	458.090	7,06
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	213.496	3,55	297.249	4,58
Siderurgia	143.582	2,39	130.651	2,01
Prestação de serviços	138.195	2,30	146.192	2,25
Biocombustíveis e açúcar	136.091	2,26	142.558	2,20
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	102.102	1,70	107.013	1,65
Alimentos	99.963	1,66	128.414	1,98
Transporte de cargas e logística	95.051	1,58	123.247	1,90
Materiais de construção	90.149	1,50	147.166	2,27
Comércio varejista	55.434	0,92	40.724	0,63
Outros	671.872	11,18	992.559	15,31
<b>Total geral</b>	<b>6.011.006</b>	<b>100,00</b>	<b>6.486.436</b>	<b>100,00</b>

d) Composição da carteira por produto

Produtos	Dezembro de 2017											Dezembro de 2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.121.689	118.862	22.297	23.386	19.922	18.860	18.170	105.524	<b>1.448.710</b>	<b>24,10</b>	<b>1.504.744</b>	<b>23,20</b>
Crédito Consignado INSS	-	1.270.496	31.489	2.601	3.414	1.693	1.704	1.589	18.290	<b>1.331.276</b>	<b>22,15</b>	<b>968.379</b>	<b>14,93</b>
Capital de Giro	5.536	113.089	143.023	129.382	151.210	65.468	67.299	6.128	32.706	<b>713.841</b>	<b>11,88</b>	<b>1.114.440</b>	<b>17,18</b>
Renegociação	-	-	-	-	208.524	153.926	33.615	43.505	111.827	<b>551.397</b>	<b>9,17</b>	<b>579.108</b>	<b>8,93</b>
Crédito Consignado Público	-	412.584	40.455	1.044	9.208	1.973	1.229	788	7.752	<b>475.033</b>	<b>7,90</b>	<b>630.283</b>	<b>9,72</b>
Crédito Rural	297.966	19.221	32.665	9.055	1.298	50.321	17.195	25.394	-	<b>453.115</b>	<b>7,54</b>	<b>461.783</b>	<b>7,12</b>
Cartão de Crédito Consignado	-	195.946	1.100	597	642	454	435	384	3.822	<b>203.380</b>	<b>3,38</b>	<b>107.491</b>	<b>1,66</b>
Conta Garantida	84.683	51.598	26.995	7.799	833	9	50	2.531	1.358	<b>175.856</b>	<b>2,93</b>	<b>164.576</b>	<b>2,54</b>
Cheque Empresa	757	7.938	67.900	15.292	8.967	1.370	2.801	3.833	25.790	<b>134.648</b>	<b>2,24</b>	<b>372.505</b>	<b>5,74</b>
Crédito Imobiliário	53.724	46.602	27.156	-	-	1.424	-	-	-	<b>128.906</b>	<b>2,14</b>	<b>101.949</b>	<b>1,57</b>
Cheque Especial	194	55.744	3.526	3.766	4.747	3.226	3.971	3.151	16.999	<b>95.324</b>	<b>1,59</b>	<b>108.082</b>	<b>1,67</b>
Câmbio	-	-	-	-	-	-	83.792	1.522	-	<b>85.314</b>	<b>1,42</b>	<b>62.820</b>	<b>0,97</b>
Cartão de Crédito	737	66.969	3.159	1.744	2.151	1.655	1.159	1.114	6.564	<b>85.252</b>	<b>1,42</b>	<b>92.269</b>	<b>1,42</b>
Crédito Pessoal	19.709	13.642	11.867	826	16.661	1.441	327	346	2.676	<b>67.495</b>	<b>1,12</b>	<b>104.069</b>	<b>1,61</b>
Financiamento Veículos - CDC	51	10.618	2.197	7.362	1.887	108	86	164	1.009	<b>23.482</b>	<b>0,39</b>	<b>47.048</b>	<b>0,73</b>
Outros	476	15.531	6.296	6.218	4.140	1.635	15	155	3.511	<b>37.977</b>	<b>0,63</b>	<b>66.890</b>	<b>1,01</b>
<b>Total geral</b>	<b>463.833</b>	<b>3.401.667</b>	<b>516.690</b>	<b>207.983</b>	<b>437.068</b>	<b>304.625</b>	<b>232.538</b>	<b>108.774</b>	<b>337.828</b>	<b>6.011.006</b>	<b>100,00</b>	<b>6.486.436</b>	<b>100,00</b>

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 1,27% ao ano e representam 4,64%, do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 278.173 e dos juros de R\$ 1.007 totalizando R\$ 279.180 em dezembro de 2017. Em dezembro de 2016, o valor do principal era R\$ 279.630 e dos juros de R\$ 1.034 totalizando R\$ 280.664.

#### 7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, em vigor desde 1º de janeiro de 2012, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 21.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente</b>	<b>153.597</b>	<b>437.846</b>
Circulante	92.490	251.783
Não circulante	61.107	186.063
<b>Saldo das obrigações assumidas – a valor presente</b>	<b>173.155</b>	<b>499.154</b>
Circulante	86.595	243.262
Não circulante	86.560	255.892

No exercício, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, no montante de R\$ 328.299 (R\$ 256.050 em dezembro de 2016), decorrente de operações cedidas sem retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 1.320.148 (R\$ 1.242.981 em 31 de dezembro de 2016), a valor presente nas respectivas datas das cessões.

No exercício, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 46.901 (R\$ 105.735 em 31 de dezembro de 2016).

### 8. OUTROS CRÉDITOS

#### 8.1. Créditos tributários

a) A composição dos créditos tributários é como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Imposto de Renda</b>		
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.347.830</b>	<b>1.381.135</b>
Prejuízo fiscal	98.616	54.581
Diferenças temporárias	1.249.214	1.326.554
<b>Total do efeito do IR</b>	<b>336.958</b>	<b>345.285</b>
<b>Contribuição Social</b>		
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.353.408</b>	<b>1.381.484</b>
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	684.237	394.606
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	564.977	931.948
Base negativa à alíquota de 15%	104.194	49.341
Base negativa à alíquota de 20%	-	5.589
<b>Efeito da CSL</b>	<b>231.260</b>	<b>254.097</b>
<b>Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01</b>	<b>7.651</b>	<b>7.665</b>
<b>Total do efeito da CSL</b>	<b>238.911</b>	<b>261.763</b>
<b>Total</b>	<b>575.869</b>	<b>607.048</b>
Circulante	265.244	344.407
Não circulante	310.625	262.641

b) A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº2.158-35/01
<b>Imposto de Renda</b>			
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>331.639</b>	<b>13.646</b>	-
Constituição	299.290	11.009	-
Realização	(319.115)	-	-
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(19.825)</b>	<b>11.009</b>	-
Outras	2.904	-	-
PERT - Lei nº 13.496/17 (vide nota nº 20.e)	(2.415)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>312.303</b>	<b>24.655</b>	-
<b>Contribuição Social</b>			
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>245.578</b>	<b>8.520</b>	<b>7.665</b>
Constituição	219.221	8.899	-
Realização	(250.912)	-	(14)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(31.691)</b>	<b>8.899</b>	-
Outras	1.742	-	-
PERT (Lei nº 13.496/17) (vide nota nº 20.e)	(1.788)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>213.841</b>	<b>17.419</b>	<b>7.651</b>
<b>Total</b>		<b>575.869</b>	

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 94.363 (R\$ 91.392 em dezembro de 2016) e estão ativados com realização prevista até 2022.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

<b>Realização do Crédito Tributário</b>						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2017	Dez / 2016
2017	-	-	-	-	-	344.408
2018	153.451	120.091	484	120.575	274.026	105.857
2019	57.474	34.300	1.450	35.750	93.224	24.693
2020	33.050	19.582	2.582	22.164	55.214	1.741
2021	13.312	7.727	1.873	9.600	22.912	115.489
2022	79.671	49.560	1.122	50.682	130.353	6.966
2023 a 2025	-	-	140	140	140	7.894
<b>Total</b>	<b>336.958</b>	<b>231.260</b>	<b>7.651</b>	<b>238.911</b>	<b>575.869</b>	<b>607.048</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>277.290</b>		<b>198.875</b>		<b>476.165</b>	<b>492.650</b>

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2017 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.



## Créditos tributários ativados

A MP nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/15, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável, no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. Como decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias que se tornarão dedutíveis dentro do período em que vigorará referida alíquota majorada, em conformidade com o § 2º do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.171/02.

### 8.2. Devedores por depósitos em garantia

São compostos como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Depósitos recursais trabalhistas	26.761	24.043
Depósitos judiciais trabalhistas	85.258	76.924
Depósitos judiciais fiscais	95.642	89.968
Depósitos de ações cíveis	20.146	17.710
<b>Total – Não circulante</b>	<b>227.807</b>	<b>208.645</b>

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4.a).

### 8.3. Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS – Lei nº 9.718/98 <sup>(i)</sup>	7.370	7.048
Contribuição social <sup>(ii)</sup>	5.160	679
Imposto de renda pessoa jurídica <sup>(ii)</sup>	11.047	1.744
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.728	4.087
Antecipações de IRPJ e CSLL	205	9.051
PIS/COFINS <sup>(iii)</sup>	1.277	-
PERT <sup>(iv)</sup>	4.204	-
Outros	8	8
<b>Total</b>	<b>32.999</b>	<b>22.617</b>
Circulante	23.158	12.648
Não circulante	9.841	9.969

<sup>(i)</sup> O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.755, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela da Receita Federal do Brasil.

Não obstante os trânsitos em julgados obtidos nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09.

<sup>(ii)</sup> Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

(iii) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14.

(iv) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/2017 (vide nota nº 20.e).

#### 8.4. Pagamentos a ressarcir são compostos como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Finsocial <sup>(i)</sup>	6.699	7.081
CPMF <sup>(ii)</sup>	-	1.891
Créditos de previdência social <sup>(iii)</sup>	550	1.029
ISS <sup>(iv)</sup>	-	5.331
CSLL <sup>(v)</sup>	1.044	-
PIS	538	-
FGTS	473	287
Outros	1.783	1.881
<b>Total</b>	<b>11.087</b>	<b>17.500</b>
Circulante	2.343	1.778
Não circulante	8.744	15.722

(i) Os créditos relativos ao Finsocial decorrem de decisão judicial transitada em julgado da controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A., que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver às empresas controladas do Banco os valores recolhidos, atualizados monetariamente.

(ii) O crédito de CPMF, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, refere-se a valores retidos indevidamente sobre as operações que compõem o objeto social da controlada, Mercantil do Brasil Leasing S.A., em operações de arrendamento mercantil para aquisição de bens e operações financeiras que estavam sujeitas à alíquota zero de CPMF, nos termos do disposto no artigo 8º, incisos III e IV, e §3º da Lei nº 9.311/96, e legislação complementar que equipara as empresas de leasing às instituições financeiras, totalmente compensado no primeiro semestre de 2017.

(iii) Os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., relativos a recolhimentos de INSS sobre pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

(iv) O crédito de ISS decorre de ação judicial com decisão favorável à controlada Mercantil do Brasil Leasing S.A., transitada em julgado, relativo a recolhimentos de ISS sobre a atividade de arrendamento mercantil no período de 1999 a 2008, cujo valor foi incorporado ao Banco (vide nota nº 10.1.), e reclassificado para a rubrica “Títulos e créditos a receber”, na modalidade de precatórios.

(v) Refere-se ao crédito de CSL de outubro de 2002, habilitado junto à Receita Federal do Brasil, no primeiro semestre de 2017, para compensações futuras.

#### Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 19.599 (R\$ 18.693 em dezembro de 2016).

## 8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Cartão de crédito <sup>(i)</sup>	74.864	81.917
Créditos a receber	-	1.801
Precatórios	37.845	36.693
Direitos creditórios	35.702	35.539
Títulos de capitalização	18.145	14.540
Outros	16	21
<b>Total</b>	<b>166.572</b>	<b>170.511</b>
Circulante	94.745	103.269
Não circulante	71.827	67.242

<sup>(i)</sup> Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

## 8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

## 8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, a baixa de parcelas de crédito consignados que foram quitadas através de desconto em folha de pagamento e que aguardam o envio do recurso pelo respectivo Estado.

## 9. OUTROS VALORES E BENS

### 9.1. Outros valores e bens são compostos como seguem:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Imóveis - dação em pagamento	306.415	208.560
Veículos e afins	741	374
Material em estoque	1.488	1.488
Outros bens não de uso	3	3
<b>Total – Circulante</b>	<b>308.647</b>	<b>210.425</b>

### 9.2. Despesas antecipadas

O saldo das despesas antecipadas é composto como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Comissão sobre originação de operações de crédito <sup>(i)</sup>	31.954	72.430
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13 <sup>(ii)</sup>	1.310	4.964
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios <sup>(iii)</sup>	909	2.313
Custos diferidos captações internas e no exterior <sup>(iv)</sup>	1.768	3.145
Demais despesas antecipadas <sup>(v)</sup>	26.758	5.210
<b>Total</b>	<b>62.699</b>	<b>88.062</b>
Circulante	29.666	42.921
Não circulante	33.033	45.141

(i) Referem-se, basicamente, às comissões sobre operações de crédito, originadas antes da entrada em vigor da Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente pelo prazo das respectivas operações de crédito, em conformidade com as normas vigentes. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 40.252 (R\$ 67.861 em dezembro de 2016). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

(ii) Refere-se, basicamente, às comissões de originação de operações de crédito realizadas a partir de 01/01/2015, conforme Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente, no prazo máximo de 36 meses da data da realização das respectivas operações de crédito, observado o prazo máximo de 31/12/2019. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 3.675 (R\$ 7.531 em dezembro de 2016). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

(iii) Refere-se ao custo de preparação de documentos e implantação de propostas dos negócios gerados por correspondentes no País, para operações originadas até dezembro de 2014, cuja apropriação das despesas é realizada mensalmente de acordo com os prazos dos contratos, no subgrupo “Outras Despesas Administrativas”, que atingiram até dezembro de 2017, o montante de R\$ 1.404 (R\$ 9.538 em dezembro de 2016). Os custos relacionados aos créditos cedidos serão apropriados integralmente no resultado.

(iv) Trata-se de custos originados no processo de captação de recursos internos e no exterior, com apropriação pelos respectivos prazos dos títulos emitidos, seguindo o regime de competência contábil.

(v) Refere-se, basicamente, a seguros contratados, IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cuja apropriação das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

## 10. ATIVO PERMANENTE

### 10.1. Investimentos

As participações em sociedades controladas estão compostas como segue:

Descrição	EMPRESAS				TOTAL
	MBI (1)	MACS (2)	MBACSP (3)	MBEI (4)	
<b>Dezembro de 2017</b>					
Capital social	28.937	4.853	16.113	43.000	<b>92.903</b>
Patrimônio líquido antes dos dividendos	33.338	7.004	42.342	74.913	<b>157.597</b>
Total de ações	<b>34.044</b>	<b>53.925</b>	<b>14.648</b>	<b>43.000</b>	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	76,07	100	100	-
Lucro societário do período	(4.223)	283	14.010	570	<b>10.640</b>
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(55)	(3.662)	(146)	<b>(3.863)</b>
Resultado de participações em coligadas e controladas	<b>(4.276)</b>	<b>216</b>	<b>13.868</b>	<b>502</b>	<b>10.310</b>
Equivalência patrimonial	(4.223)	216	14.010	570	<b>10.573</b>
Ajuste Equiv. Patrimonial Res. 2º semestre de 2017 <sup>(i)</sup>	(53)	-	(142)	(68)	<b>(263)</b>
Ajuste de investimentos <sup>(i)</sup>	(4.503)	-	(12.001)	(5.757)	<b>(22.261)</b>
<b>Valor dos investimentos</b>	<b>28.782</b>	<b>5.286</b>	<b>26.537</b>	<b>68.942</b>	<b>129.547</b>
<b>Dezembro de 2016</b>					
Capital social	28.937	4.853	14.648	43.000	91.438
Patrimônio líquido antes dos dividendos	38.048	6.785	29.650	74.519	148.954
Total de ações	<b>34.044</b>	<b>53.925</b>	<b>14.648</b>	<b>43.000</b>	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100,00	76,07	100,00	100,00	-
Aquisições de ações no período / Redução de capital	-	-	(14.941)	-	(14.941)
Baixa reavaliação de bens em controladas	-	-	-	(71)	(71)
Lucro societário do período	1.895	244	5.125	689	7.953
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	(487)	(48)	(1.318)	(176)	(2.029)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.895	185	5.125	689	7.894
<b>Valor dos investimentos</b>	<b>37.561</b>	<b>5.125</b>	<b>28.332</b>	<b>74.343</b>	<b>145.361</b>

(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. <sup>(i)</sup>
(2) Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)
(3) Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. <sup>(i)</sup>
(4) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(i)</sup>

<sup>(i)</sup> Refere-se a parcela do investimento da subsidiária COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros que voltou a fazer parte do Conglomerado Prudencial, passando a integrar as participações em sociedades controladas financeiras, tendo em vista a alteração de atividade e da denominação social.

## 10.2. Imobilizado de uso

A movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação, é como segue:

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
Imóveis de uso	26.988	17	133	-	-	27.138
Móveis e equipamentos em estoque	5.902	9.971	5.861	(15.736)	-	5.998
Imobilizações em curso	133	-	-	(133)	-	-
Instalações	63.237	13.909	-	-	(3.107)	74.039
Móveis e equipamentos de uso	42.126	4.854	573	-	(1.951)	45.602
Sistema de comunicação	4.952	122	36	-	(18)	5.092
Sistema de processamento de dados	45.066	4.857	8.780	-	(341)	58.362
Sistema de segurança	4.810	347	486	-	(95)	5.548
Sistema de transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(77.704)	(19.470)	-	-	4.045	(93.129)
<b>Total</b>	<b>115.547</b>	<b>14.607</b>	<b>15.869</b>	<b>(15.869)</b>	<b>(1.467)</b>	<b>128.687</b>

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que serão mantidos até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 142 (R\$ 151 em dezembro de 2016) (vide nota nº 13.3.).

## 10.3. Intangível

A movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização, é como segue:

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
<b>Software</b>	<b>99.419</b>	<b>15.856</b>	<b>9.702</b>	<b>(9.702)</b>	<b>(3.692)</b>	<b>111.583</b>
Intangíveis em uso	91.828	6.078	9.702	-	(3.398)	104.210
Intangíveis em desenvolvimento	7.591	9.778	-	(9.702)	(294)	7.373
<b>(-) Amortização</b>	<b>(61.852)</b>	<b>(12.908)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.132</b>	<b>(71.628)</b>
<b>Total</b>	<b>37.567</b>	<b>2.948</b>	<b>9.702</b>	<b>(9.702)</b>	<b>(560)</b>	<b>39.955</b>

## 11. CAPTAÇÕES

### 11.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2017	Dez / 2016
Indeterminado	260.445	179.484	-	1.077	441.006	525.432
Até 30 dias	-	-	-	153.566	153.566	138.447
De 31 a 60 dias	-	-	11.126	24.352	35.478	123.877
De 61 a 90 dias	-	-	1.466	51.983	53.449	100.305
De 91 a 180 dias	-	-	-	313.099	313.099	268.420
De 181 a 360 dias	-	-	38.270	346.632	384.902	793.103
Acima de 360 dias	-	-	5.543	5.089.555	5.095.098	5.078.093
<b>Total</b>	<b>260.445</b>	<b>179.484</b>	<b>56.405</b>	<b>5.980.264</b>	<b>6.476.598</b>	<b>7.027.677</b>
Circulante	260.445	179.484	50.862	890.709	1.381.500	1.949.584
Não circulante	-	-	5.543	5.089.555	5.095.098	5.078.093

## 11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares

Os recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares são compostos como segue:

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2017	Dez / 2016
Até 30 dias	2.488	-	1.049	3.537	8.923
De 31 a 60 dias	9.798	4.135	-	13.933	5.448
De 61 a 90 dias	2.104	3.644	102.078	107.826	10.572
De 91 a 180 dias	51.762	15.021	98.598	165.381	51.894
De 181 a 360 dias	79.637	12.389	13.667	105.693	65.527
Acima de 360 dias	129.441	10.393	820	140.654	387.805
<b>Total</b>	<b>275.230</b>	<b>45.582</b>	<b>216.212</b>	<b>537.024</b>	<b>530.169</b>
Circulante	145.789	35.189	215.392	396.370	142.364
Não circulante	129.441	10.393	820	140.654	387.805

b) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em dezembro de 2016, são compostas por “Recursos de Aceites e Emissão de Títulos”, no individual e consolidado, no montante de R\$ 71.723 (US\$ 22.007), adquiridas em 28 de dezembro de 2015, através da agência de *Grand Cayman*, na modalidade CD – *Certificate of Deposit*, com vencimento em 27 de dezembro de 2018. No primeiro semestre de 2017, o Banco procedeu o resgate total dos títulos e valores mobiliários no exterior.

## 11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

São compostas como seguem:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Dez/ 2017	Dez/ 2016	Dez/ 2017	Dez/ 2016
Dívida Subordinada <sup>(i)</sup>	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a.	163.252	163.258	539.940	531.977
<b>Total</b>					<b>163.252</b>	<b>163.258</b>	<b>539.940</b>	<b>531.977</b>
Circulante					8.003	8.003	26.469	26.077
Não circulante					155.249	155.255	513.471	505.900

<sup>(i)</sup> Em julho de 2010, o Banco emitiu tranche do Tier II, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). O saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição. Os saldos são objeto de *hedged accounting*, conforme notas 5.2.e e 5.4.

#### 11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Dez / 2017	Dez / 2016
	Emissão	Vencimento				
Letra Financeira Subordinada	3º / 2016	3º / 2023	30.293	120% a 127% da taxa CDI	31.054	31.716
	3º / 2016	4º / 2023	7.258		7.411	7.552
	4º / 2016	4º / 2023	50.837		54.538	52.225
	1º / 2017	1º / 2024	16.883		18.417	-
	1º / 2017	2º / 2024	300		306	-
	2º / 2017	2º / 2024	21.417		22.249	-
	2º / 2017	3º / 2024	2.100		2.207	-
	3º / 2017	3º / 2024	6.690		6.911	-
	3º / 2017	4º / 2024	6.775		6.928	-
	4º / 2017	4º / 2024	61.447		62.288	-
	4º / 2017	1º / 2025	600		600	-
<b>Total</b>				<b>212.909</b>	<b>91.493</b>	
Circulante				5.289	2.576	
Não circulante				207.620	88.917	
<b>Total homologado ao nível II do Patrimônio de Referência – Res. CMN nº 4.192/13</b>				<b>190.120</b>	<b>90.542</b>	

#### 11.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Depósitos	606.763	949.580
Títulos e valores mobiliários no exterior	937	2.189
Operações compromissadas	25.808	102.483
Dívidas subordinadas <sup>(i)</sup>	63.885	(30.536)
Outras	87.245	96.812
<b>Total</b>	<b>784.638</b>	<b>1.120.528</b>

<sup>(i)</sup> As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes estão compostas como segue:

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 4.864 (R\$ 3.451 em dezembro de 2016).

### 12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar aos empregados referentes ao segundo semestre de 2017 e 2016 e juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao segundo semestre de 2017 e 2016.

### 12.3. Fiscais e previdenciárias estão compostas como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	651
Outros impostos e contribuições a recolher	27.680	31.070
Provisão para imposto de renda diferido	640	10.204
<b>Total <sup>(i)</sup></b>	<b>28.320</b>	<b>41.925</b>
Circulante	28.308	41.284
Não circulante	12	641

<sup>(i)</sup> As Provisões para Riscos Fiscais, de R\$ 113.149, anteriormente registradas nesta rubrica, foram reclassificadas e estão demonstradas na nota 12.4.a - Provisão para Outros Passivos, nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.782/16. Assim, os saldos de 2016 foram ajustados de modo a contemplar as alterações da norma.

## 12.4. Provisão e passivos contingentes

### a) Provisão para outros passivos

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Provisões para riscos fiscais	109.295	113.149
Provisões para processos trabalhistas	117.140	97.972
Provisões para processos cíveis	40.325	46.076
Outras	309	645
<b>Total – Não circulante</b>	<b>267.069</b>	<b>257.842</b>

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS <sup>(i)</sup>	13.063	12.162
CSL <sup>(ii)</sup>	13.572	13.160
INSS <sup>(iii)</sup>	60.823	67.582
PIS <sup>(iv)</sup>	8.213	8.004
ISS <sup>(v)</sup>	13.268	11.903
Outros	356	338
<b>Total</b>	<b>109.295</b>	<b>113.149</b>

<sup>(i)</sup> Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

<sup>(ii)</sup> Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

<sup>(iii)</sup> Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros. No período, o Banco obteve êxito no processo judicial transitado em julgado que questionava a incidência da contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado (art. 28 Lei nº 8.212/91 c/c art. 457 da CLT), gerando a reversão de provisão no valor de R\$ 10.105.

<sup>(iv)</sup> Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

<sup>(v)</sup> Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

A movimentação dos riscos fiscais e das provisões trabalhistas e cíveis é como segue:



Descrição	Riscos Fiscais	Provisão para outros passivos	
		Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>113.149</b>	<b>97.972</b>	<b>46.076</b>
Constituições / (Reversões)	(287)	8.484	18.217
Atualização Monetária	5.041	9.359	598
Liquidações	(6)	1.325	(24.566)
PERT (vide nota nº 20.e)	(8.602)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>109.295</b>	<b>117.140</b>	<b>40.325</b>
<b>Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)</b>	<b>95.642</b>	<b>112.019</b>	<b>20.146</b>

b) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.047 (R\$ 986 em dezembro de 2016). As ações tributárias totalizaram R\$ 9.698 (R\$ 10.983 em dezembro de 2016).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão, em dezembro de 2017, monta em R\$ 2.579 (R\$ 4.138 em dezembro de 2016).

## 12.5. Outras obrigações – Credores diversos - País

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Sistema de cartão de crédito <sup>(i)</sup>	79.273	73.562
Provisão para despesas administrativas	31.196	44.477
Operações de crédito consignado a processar	502	185
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de credito	8.597	1.916
Outros	25.115	23.908
<b>Total – Circulante</b>	<b>144.683</b>	<b>144.048</b>

<sup>(i)</sup> Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 13.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2017		Dez / 2016	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	26.262.082	246.864	26.262.082	246.864
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
<b>Total do capital subscrito e integralizado</b>	<b>46.100.000</b>	<b>433.340</b>	<b>46.100.000</b>	<b>433.340</b>
Ordinárias – Aumento de Capital Realizado	5.887.472	59.368	-	-
<b>Total</b>	<b>51.987.472</b>	<b>492.708</b>	-	-
<b>Valor nominal em reais antes do aumento</b>	<b>9,40</b>		<b>9,40</b>	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168º da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social, no valor de R\$ 60.000, mediante subscrição privada de 6.315.790 novas ações ordinárias escriturais, ao preço de emissão de R\$ 9,50 por ação, com valor nominal de R\$ 9,40 por ação, sendo R\$ 59.368 incorporados ao capital social e R\$ 632 registrados em Reserva de Capital, até posterior deliberação. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2017 e está em processo de homologação do Banco Central do Brasil. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia ([www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

### 13.2. Reservas de capital e de lucros

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Reserva de capital <sup>(i)</sup>	43.375	42.743
Reservas de lucros	<b>240.003</b>	<b>229.026</b>
Reserva legal <sup>(ii)</sup>	62.171	60.858
Reservas estatutárias <sup>(iii)</sup>	177.832	168.168

<sup>(i)</sup> São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

<sup>(ii)</sup> Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

<sup>(iii)</sup> Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido para o Banco Mercantil do Brasil S.A e 70% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No exercício de 2017, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 13.163 (R\$ 21.087 em dezembro de 2016), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 11.189 (R\$ 17.924 em dezembro de 2016), cabendo às ações ordinárias R\$ 0,00 (R\$ 0,256402 em dezembro de 2016) e às ações preferenciais R\$ 0,564000 (R\$ 0,564086 em dezembro de 2016) por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 5.823 (R\$ 9.489 em dezembro de 2016).

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Lucro líquido dos exercícios	26.244	18.319
Realização de reservas de reavaliação	9	82
Reversão de reservas estatutárias	-	3.673
Provisão Garantias Financeiras Prestadas - Resolução nº 4.512/13	(2.113)	-
<b>Total a ser destinado</b>	<b>24.140</b>	<b>22.074</b>
Reserva legal	1.313	916
Reservas estatutárias	<b>9.664</b>	-
Para aumento de capital	8.698	-
Para dividendos futuros	966	-
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo:	<b>13.163</b>	<b>21.087</b>
Valor líquido	11.189	17.924
Imposto de renda na fonte	1.974	3.163

### 13.3. Reservas de Reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. que monta em R\$ 142 (R\$ 151 em dezembro de 2016).

## 14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 9,875% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2016 e 9,25% até dezembro de 2017. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital

Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2017; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Para 2017, ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)</b>	<b>980.021</b>	<b>1.036.633</b>
<b>b) Patrimônio de Referência Nível I</b>	<b>589.624</b>	<b>644.396</b>
b.1) Capital Principal – CP	588.372	643.551
b.3) Ajuste Participações de não controladores Nível I	1.252	845
<b>c) Patrimônio de Referência Nível II</b>	<b>390.397</b>	<b>392.237</b>
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	388.728	391.110
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.669	1.127
<b>d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>6.557.717</b>	<b>7.101.909</b>
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - $RWA_{cpad}$	5.447.023	6.106.610
d.2) RWA Para Risco de Mercado - $RWA_{mpad}$	1.354	1.984
d.3) RWA Para Risco Operacional Por Abordagem Padronizada - $RWA_{opad}$	1.109.340	993.315
<b>e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 9,875% até dezembro 2016 e 9,250% a partir de janeiro 2017)</b>	<b>606.589</b>	<b>701.313</b>
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	373.432	335.320
<b>g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)</b>	<b>393.463</b>	<b>426.114</b>
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	196.161	218.282
<b>i) Capital Principal Mínimo Requerido para o Rwa (i = d x 4,5%)</b>	<b>295.097</b>	<b>319.586</b>
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	293.275	323.965
<b>k) Valor Correspondente ao <math>R_{ban}</math></b>	<b>26.696</b>	<b>12.880</b>
<b>l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o Rwa e para <math>R_{ban}</math> (l = e + k)</b>	<b>633.285</b>	<b>714.193</b>
m) Margem sobre o PR Considerando a $R_{ban}$ (m = a - l)	346.736	322.440
<b>n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 0,625% no ano de 2016 e 1,250% a partir de janeiro de 2017)</b>	<b>81.971</b>	<b>44.387</b>
<b>o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)</b>	<b>14,94</b>	<b>14,60</b>
<b>p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)</b>	<b>8,99</b>	<b>9,07</b>
<b>q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)</b>	<b>8,97</b>	<b>9,06</b>

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 22,73% (22,62% em dezembro de 2016).

#### 14.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site, [www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relação com Investidores (RI).

#### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

**15.1. As transações com as partes relacionadas são realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco.**

Os saldos e resultados das operações são como segue:

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos/JC Pa pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Valores a pagar a ligadas
<b>Dezembro de 2017</b>							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. <sup>(i)</sup>	-	176	458	23.860	-	1.486	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. <sup>(i)</sup>	-	15	229	81	-	11.719	1.513
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. <sup>(i)</sup>	-	3	-	31	-	4.118	285
Mercantil do Brasil Financeira S.A. <sup>(i)</sup>	390.507	390	6.687	1.693	-	26.032	1.867
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. <sup>(i)</sup>	-	2	-	3.165	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. <sup>(i)</sup>	-	23	-	15.482	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. <sup>(i)</sup>	-	31	3.662	24.924	-	-	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. <sup>(i) (**)</sup>	-	1	-	769	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(i) (*)</sup>	-	10	-	21.830	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(i)</sup>	-	3	146	4.197	-	-	9
Outros <sup>(ii)</sup>	-	-	-	39.549	6.815	-	222
<b>Total</b>	<b>390.507</b>	<b>654</b>	<b>11.182</b>	<b>135.581</b>	<b>6.815</b>	<b>43.355</b>	<b>3.896</b>
<sup>(i)</sup> Controladas direta e indiretamente							
<sup>(ii)</sup> Controladores e pessoal chave da administração							
<sup>(*)</sup> Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017							
<sup>(**)</sup> Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017							

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos/JC Pa pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Valores a pagar a ligadas
<b>Dezembro de 2016</b>							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. <sup>(i)</sup>	-	59	2.657	9.405	-	5.503	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. <sup>(i)</sup>	-	28	120	88	-	10.545	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. <sup>(i)</sup>	-	6	-	297	-	4.637	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. <sup>(i)</sup>	244.402	407	2.501	3.186	-	19.344	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. <sup>(i)</sup>	-	2	-	1.320	-	-	-
Mercantil do Brasil Leasing S.A. <sup>(i)</sup> (vide nota nº 10.1.)	-	30	240	78	-	26.800	-
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. <sup>(i)</sup>	-	17	487	12.545	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. <sup>(i)</sup>	-	44	1.318	24.673	-	-	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. <sup>(i) (**)</sup>	-	1	-	1.072	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(i) (*)</sup>	-	7	-	5.671	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(i)</sup>	-	8	176	6.271	-	-	9
Outros <sup>(ii)</sup>	-	-	2.702	54.959	7.923	-	-
<b>Total</b>	<b>244.402</b>	<b>609</b>	<b>10.201</b>	<b>119.565</b>	<b>7.923</b>	<b>66.829</b>	<b>9</b>
<sup>(i)</sup> Controladas direta e indiretamente							
<sup>(ii)</sup> Controladores e pessoal chave da administração							
<sup>(*)</sup> Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017							
<sup>(**)</sup> Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017							

Receitas / (Despesas)				
Empresas	Dez / 2017		Dez / 2016	
	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. <sup>(i)</sup>	(1.698)	1.216	(5.406)	984
Mercantil do Brasil Corretora S.A. <sup>(i)</sup>	(1.004)	281	(1.639)	361
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. <sup>(i)</sup>	(428)	55	(726)	89
Mercantil do Brasil Financeira S.A. <sup>(i)</sup>	31.730	4.650	39.149	5.336
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. <sup>(i)</sup>	(160)	23	(166)	24
Mercantil do Brasil Leasing S.A. <sup>(i)</sup> (vide nota nº 10.1.)	(1.273)	146	(3.389)	371
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. <sup>(i)</sup>	(1.303)	169	(1.738)	214
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. <sup>(i)</sup>	(2.565)	534	(3.608)	550
SANSA - Negócios Imobiliários S.A. <sup>(i) (**)</sup>	(75)	10	(147)	19
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(i) (*)</sup>	(914)	86	(758)	92
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(i)</sup>	(530)	(33)	(1.176)	30
Outros <sup>(ii)</sup>	(3.580)	-	(7.965)	-
<b>Total</b>	<b>18.200</b>	<b>7.137</b>	<b>12.431</b>	<b>8.070</b>
<sup>(i)</sup> Controladas direta e indiretamente				
<sup>(ii)</sup> Controladores e pessoal chave da administração				
<sup>(*)</sup> Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017				
<sup>(**)</sup> Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017				

## 15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Até 31 de dezembro de 2017, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em fundo exclusivo de ações**

Os benefícios de curto prazo e longo prazo são como seguem:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
<b>Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria</b>	<b>24.586</b>	<b>21.896</b>
Remuneração fixa	22.876	21.896
Participação estatutária	<b>1.710</b>	-
Pagamento em espécie – curto prazo	855	-
Pagamento em cotas de fundo de ações do MB – longo prazo	855	-

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

## 15.3. Outras informações

Não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.596/17.

## 16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; e Auxílio-Funeral; Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo patrocinador mantinha 26 (28 em dezembro de 2016) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 567 (577 em dezembro de 2016) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 1.343.

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,1325% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3.91% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 8,85% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2017, elaborado com base nas demonstrações financeiras até dezembro de 2017, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, conforme segue:

<b>Descrição</b>	<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
Obrigação de benefício definido	<b>(38.831)</b>	<b>(33.341)</b>
Valor justo do ativo do plano	16.876	18.532
<b>Déficit Líquido</b>	<b>(21.955)</b>	<b>(14.809)</b>

A partir de 1º de janeiro de 2016 os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido passaram a ser reconhecidas na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 9.565 (R\$ 3.339 em 31 dezembro de 2016).

<b>Reconciliação do valor justo dos ativos do plano</b>	
<b>Saldo inicial em 31/12/2016</b>	<b>18.532</b>
Juros sobre o valor justo do ativo	<b>1.642</b>
Fluxos de caixa	<b>(4.340)</b>
Benefício pago pelo plano	(3.742)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(598)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	<b>1.042</b>
Rendimento do valor justo do ativo do plano	1.042
<b>Saldo final em 31/12/2017</b>	<b>16.876</b>

<b>Reconciliação da obrigação de benefício definido</b>	
<b>Saldo inicial em 31/12/2016</b>	<b>(33.341)</b>
Custo do serviço	(5)
Custo do serviço corrente bruto	(5)
Custo dos juros	<b>(2.952)</b>
Fluxos de caixa	<b>3.743</b>
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	3.743
Redimensionamento da obrigação	<b>(6.276)</b>
Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.263)
Efeito da experiência do plano	(2.013)
<b>Saldo final em 31/12/2017</b>	<b>(38.831)</b>

A Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa é como segue:

<b>Taxa real de desconto</b>	
1. Taxa real de desconto -1,0% / -0,5%	<b>41.837</b>
Premissa da análise	4,13%
2. Taxa real de desconto +1,0% / +0,5%	<b>36.198</b>
Premissa da análise	6,13%
<b>Tábua Geral de Mortalidade</b>	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 10,0%	<b>39.599</b>
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 10,0%	<b>35.532</b>
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

## 17. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

São compostas pelas seguintes rubricas:

<b>Descrição</b>	<b>Dez / 2017</b>	<b>Dez / 2016</b>
Rendas de empréstimos e títulos descontados	2.086.434	2.501.192
Rendas de financiamentos	25.447	29.398
Rendas de financiamentos rurais	14.791	32.453
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	94.020	71.089
<b>Total</b>	<b>2.220.692</b>	<b>2.634.132</b>



## 18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. A composição da receita de prestação de serviços é como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Administração de fundos de investimentos	1.871	2.947
Cartão de crédito	8.630	21.361
Cobrança	9.897	11.576
Custódia	480	624
Garantias prestadas	3.344	3.955
Outros serviços	8.304	6.992
Rendas de serviços prestados a ligadas	848	1.048
Comissão de seguro	29	34
Serviços de arrecadação	2.174	2.160
Serviços prestados	4.418	4.187
Tarifas bancárias – conta corrente	205.500	175.197
<b>Total</b>	<b>245.495</b>	<b>230.081</b>

18.2. Despesas de pessoal são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	23.793	22.685
Proventos de funcionários	183.859	196.811
Benefícios	65.233	61.869
Encargos sociais	77.537	77.773
Indenizações	33.268	25.126
Contingências	19.169	11.912
<b>Total</b>	<b>402.859</b>	<b>396.176</b>

Os gastos com a remuneração dos administradores foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e são compostos como segue:

Empresas	Data da aprovação	Valores R\$ mil
Banco Mercantil do Brasil S.A.	20/04/2017	17.000
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	24/04/2017	3.500
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	24/04/2017	5.300
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	26/04/2017	1.500
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	25/04/2017	100
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	20/09/2017	500

18.3. Outras despesas administrativas são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Água, energia e gás	9.566	9.108
Aluguéis	60.165	57.188
Amortização e depreciação	32.364	28.114
Arrendamento de bens	14.386	15.461
Comunicações	9.962	10.250
Materiais, manutenção e conservação de bens	21.459	18.724
Processamento de dados	66.390	63.733
Propaganda e publicidade	6.094	3.316
Publicações	1.955	1.820
Serviços de terceiros	180.012	195.825
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios (vide nota nº 9.2)	184.572	98.936
Serviços do sistema financeiro	14.663	17.517
Transportes	16.767	15.220
Outras despesas administrativas	27.770	24.797
<b>Total</b>	<b>646.125</b>	<b>560.009</b>

#### 18.4. Despesas tributárias são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
ISSQN	13.722	13.718
COFINS	86.686	86.741
PIS/PASEP	14.087	14.095
Outros tributos	6.392	5.052
<b>Total</b>	<b>120.887</b>	<b>119.606</b>

#### 18.5. A rubrica de variações monetárias ativas é composta como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS / FINSOCIAL	626	696
Contribuição Social / Imposto de Renda	1.009	505
INSS	54	887
Precatórios a receber	3.527	1.834
Atualização de depósitos judiciais	7.784	9.945
Variação cambial de ativos no exterior	2.983	7.408
Outros	1.287	1.260
<b>Total</b>	<b>17.270</b>	<b>22.535</b>

#### 18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, remuneração adicional referente contrato de distribuição de seguros e atualização de valores recebidos decorrentes da restituição do cancelamento do aumento de capital na controlada BMI. Em 2016 refere-se, ainda, ao ajuste contábil de precatório.

#### 18.7. Descontos concedidos

Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de créditos renegociadas e em recuperação judicial no período.

#### 18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

#### 18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, no individual e consolidado, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 99.968 (R\$ 74.781 em dezembro de 2016), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 12.648 (R\$ 15.762 em dezembro de 2016); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 5.510 (R\$ 5.122 em dezembro de 2016) no; e despesas incorridas pela controlada BMI, no montante de R\$ 24.496, decorrentes de restituição das quantias integralizadas pelos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93, tendo em vista que o respectivo aumento de capital foi indeferido pelo Banco Central do Brasil (vide nota explicativa nº 10.1.).

## 18.10. Resultado não operacional

É composto como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Receita de atualização créditos a receber – alienação de bens não de uso	-	1.347
Prejuízos na alienação de valores e bens	(33.307)	(4.907)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(15.136)	(16.637)
Outras	(1.053)	(2.672)
<b>Total</b>	<b>(49.496)</b>	<b>(22.869)</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social nos resultados findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

Descrição	Dez / 2017		Dez / 2016	
	IR	CSL	IR	CSL
<b>Resultado antes dos impostos e participações estatutárias</b>	<b>71.000</b>	<b>71.000</b>	<b>43.256</b>	<b>43.256</b>
(-) Participações dos empregados nos lucros	(7.762)	(7.762)	(7.187)	(7.187)
<b>Base de cálculo</b>	<b>63.238</b>	<b>63.238</b>	<b>36.069</b>	<b>36.069</b>
Alíquota nominal	25%	15%	25%	20%
<b>Receita / (Despesa) nominal</b>	<b>(15.810)</b>	<b>(9.486)</b>	<b>(9.017)</b>	<b>(7.214)</b>
<b>Ajustes à despesa nominal referentes à:</b>	<b>5.674</b>	<b>(14.124)</b>	<b>4.543</b>	<b>991</b>
Efeito de dedução de juros sobre o capital próprio	3.634	2.181	5.753	4.602
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.577)	(1.546)	1.973	1.579
Despesas indedutíveis	(1.891)	(492)	(1.439)	(589)
Outras adições / exclusões permanentes	6.039	3.995	38	(134)
Ajuste de investimento no exterior	513	308	(1.788)	(1.430)
Outras diferenças temporais	(44)	(900)	6	377
<b>Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/15</b>	-	<b>(17.670)</b>	-	<b>(3.414)</b>
Constituição/ (Realização) de créditos tributários ativados	-	(18.349)	-	(2.749)
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	-	679	-	(665)
<b>Deduções dos incentivos fiscais<sup>(i)</sup></b>	<b>268</b>	-	<b>456</b>	-
<b>Despesa com IRPJ e CSL</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(23.610)</b>	<b>(4.018)</b>	<b>(6.223)</b>
<b>Total</b>	<b>(33.478)</b>		<b>(10.241)</b>	

<sup>(i)</sup> Refere-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, monta em R\$ 194.253 (R\$ 251.068 em dezembro de 2016).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 251.854 (R\$ 308.822 em dezembro de 2016).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – em outubro de 2017 o Banco e empresas controladas aderiram ao PERT instituído pela MP nº 783/17 - Lei nº 13.496/17 com o objetivo de aproveitar condições especiais de liquidação de débitos tributários, vencidos até 30 de abril de 2017, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL existentes até dezembro de 2015, com efeito líquido negativo no resultado em R\$ 1.448.

f) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Não há previsão de quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A disponibilizará até 31 de março de 2018 suas demonstrações financeiras em IFRS referente à 31 de dezembro de 2017 no site [www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relação com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2016.

## **21. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL**

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento dos riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo, expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e do capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada pelo Conglomerado do Mercantil do Brasil é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

Em fevereiro de 2017, o Bacen publicou a Resolução CMN n.º 4.557/17, que dispõe sobre os critérios mínimos para o estabelecimento das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital pelas instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional. O Plano de Implementação para o atendimento à Resolução foi aprovado pelo Conselho de Administração em agosto de 2017, prevendo a conclusão dos ajustes a serem realizados até fevereiro de 2018.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambientalmente responsável. Essas informações tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site [www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br).

A seguir, é apresentada de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

Anualmente, a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito Mercantil do Brasil é revisada pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação vigente. A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira, patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Conglomerado é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e de Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito, são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

#### b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o Risco de Liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez encontra-se em conformidade com a regulação vigente, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações. O grupo Mercantil dispõe também de Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

A Instituição possui dois modelos – “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece estatísticas de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, Letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

#### c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e do cálculo do valor em risco *V@R*, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Também é realizado o *back-test*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da ocorrência de um número de perdas superiores ao *V@R* conforme o nível de confiança

escolhido.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

#### d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas com maior potencial de risco e os cenários mais críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa, consiste na formação da base de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAOPAD está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária. Os passos previstos no Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.327/14, foram concluídos ao final de 2017.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa. Além disso, tendo em vista o papel social desempenhado pelos bancos, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente, os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis socioambientalmente.

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.**

*RODRIGO ALEXANDER PIZZANI QUEIROZ*  
*Diretor Executivo*

*ANDERSON GUEDES INOCÊNCIO*  
*Contador CRC MG nº 077029/O-7*



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Mercantil do Brasil S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 22 de fevereiro de 2018.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 29 de março de 2018.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP0000160/O-5

Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2